

Fator de risco	Taxas utilizadas	Exposição	Cenário provável	Cenário possível	Cenário possível	Cenário possível	Cenário possível	
				25%	50%	-25%	-50%	
Aplicações financeiras Nota 5(a)	100%CDI	9,90%	144.540	14.528	3.632	7.264	(3.632)	(7.264)
Aplicações financeiras Nota 5(b)	100%CDI	9,90%	11.961	1.202	301	601	(301)	(601)
Empréstimos e financiamentos	100%CDI	9,90%	(2.122)	(210)	(53)	(105)	53	105
Empréstimos e financiamentos	115%CDI	9,90%	(285.605)	(32.516)	(8.129)	(16.258)	8.129	16.258
Empréstimos e financiamentos	IPC-A	4,13%	(401.905)	(16.599)	(4.150)	(8.300)	4.150	8.300
Impacto adicional no resultado do exercício			(33.595)	(8.399)	(16.798)	8.399	16.798	8.300

O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças nos fatores de risco relevantes aos quais a Companhia está exposta. Referida análise considera apenas os instrumentos que não estão designados para hedge accounting.

Fator de risco	Taxa provável utilizada	Exposição	Cenário provável	Cenário possível	Cenário possível	Cenário possível	Cenário possível	
			25%	50%	-25%	-50%		
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista)	US\$	5,3000	1,204	52	13	26	(13)	(26)
Impacto adicional no resultado do exercício			52	13	26	(13)	(26)	

30.2. Risco de crédito: A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia que controla mensalmente sua exposição em derivativos e aplicações financeiras, mediante critérios de concentração máxima em função do rating da instituição financeira. Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia avalia anualmente o risco de crédito associado a cada um deles, e também sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado. 30.3. Risco de liquidez: O departamento financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e à dívida de curto prazo. O excesso de caixa em moeda nacional é aplicado em operações compromissadas lastreadas em títulos privados, CDBs e fundos de investimentos, indexados pela variação do CDI, com características de alta liquidez e circulação no mercado. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, com base no fluxo de pagamentos futuros não descontados.

	Menos de um ano	Entre um e três anos	Acima de três anos	Total
Em 31 de março de 2023				
Fornecedores	92.428	51	-	92.479
Empréstimos e financiamentos	40.732	168.040	473.614	682.386
Passivos de arrendamento	51.262	138.188	162.825	352.275
Partes relacionadas (i)	4.771	-	-	4.771
Adiantamentos de clientes	14.916	-	-	14.916
Outros débitos	21	-	-	21

	Menos de um ano	Entre um e três anos	Acima de três anos	Total
Em 31 de março de 2022				
Fornecedores	83.922	19.085	-	103.007
Empréstimos e financiamentos	10.877	149.035	485.049	644.961
Passivos de arrendamento	70.905	156.964	85.478	313.347
Partes relacionadas (i)	4.113	-	-	4.113
Adiantamentos de clientes	35.245	-	-	35.245
Outros débitos	37	-	-	37
Total	205.099	325.084	570.527	1.100.710

(i) Os saldos a vencer há menos de um ano referem-se a operações com partes relacionadas originadas após o PRJ. 30.4. Gestão de capital: O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é garantir o crescimento contínuo do negócio realizado em uma estrutura adequada de capital, tendo como política o acompanhamento do índice de alavancagem financeira que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A Companhia monitora o seu capital, por meio de uma gestão combinada da tesouraria de seus negócios, usando um índice de alavancagem (leverage), representado pelo capital de terceiros dividido pelo capital próprio. O capital de terceiros, que compreende a dívida líquida (net debt) da Companhia, é calculado considerando o total dos empréstimos e financiamentos com o mercado (líquidos de custo de transação), redução de caixa e equivalentes de caixa, das aplicações e títulos mantidos como garantia para itens de endividamento e dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção do endividamento. O capital não é administrado no nível individual da Companhia, somente no nível do Grupo Ativos consolidado. 30.5. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros: a) Classificação: A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir: Ativos financeiros

	Classificação	31/03/2023	31/03/2022
Caixa	-	32	20
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	163.819	90.788
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	14.985	26.700

	Classificação	31/03/2023	31/03/2022
Depósitos judiciais	Custo amortizado	4.465	2.237
Partes relacionadas	Custo amortizado	128.533	149.237
Outros créditos, exceto pagamentos antecipados	Custo amortizado	7.307	14.591
Total dos ativos		319.141	283.573
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	92.479	103.007
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	682.386	644.961
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	352.275	313.347
Partes relacionadas	Custo amortizado	4.771	4.113
Adiantamentos de clientes	Custo amortizado	14.916	35.245
Outros débitos	Custo amortizado	21	37
Total dos passivos		1.146.848	1.100.710

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. b) Valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. Nas demonstrações financeiras atuais, não houve reclassificação de ativos e passivos a valor justo de ou para o nível 1, 2 ou 3.

	31/03/2023			31/03/2022		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Aplicações financeiras	-	163.819	-	-	90.788	-
Ativo biológico	-	-	70.234	-	-	83.758
Total	-	163.819	70.234	-	90.788	83.758

Outros ativos e passivos financeiros Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar aos fornecedores e títulos a pagar, pelo valor contábil, menos a perda (impairment) ou ajuste a valor presente, quando aplicável, estejam próximos de seus correspondentes valores justos. 31. Eventos subsequentes: I. Eventos relacionados ao acordo de investimentos, assinado em 25 de novembro de 2022, em ordem cronológica dos acontecimentos: (a) Assunções de dívidas da Tranche B: Em 05 de abril de 2023, a Companhia formalizou junto à sua controladora direta, Ativos Agroindustrial Participações S.A., nos termos do artigo 299 e seguintes do Código Civil Brasileiro, Instrumento Particular de Assunção de Dívida, visando a implementação do Acordo de Investimentos, a fim de proporcionar a concentração dos créditos da Tranche B para posterior viabilização da troca de controle do Grupo Ativos, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial. Dessa forma, a Companhia transferiu determinados créditos contra sua controladora direta, os quais foram novados nos termos do Plano de Recuperação Judicial e representavam, naquela data, um passivo atualizado perante a So-

neva Energias Renováveis S.A., no valor total de R\$402.363. Os créditos ora cedidos foram integralmente capitalizados na Companhia, naquela data, pela controladora direta, fixados de acordo com o artigo 170, §1º da Lei das Saneamentos por Ações, em tudo idênticas às anteriormente existentes, conforme demonstrado abaixo:

Em 31/03/2023	Aumento		Em 05/04/2023	
	Capital social (Milhares de R\$)	Ações (i) de R\$	Capital social (Milhares de R\$)	Ações (i) de R\$
1.025.235.736	1.561.870	264.117.094	402.363	1.289.352.830

(b) Assunções de créditos de partes relacionadas (Novonor e controladas): Em 18 de abril de 2023, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada, por unanimidade, sem quaisquer reservas e ressalvas, o aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante total de R\$82, com a consequente emissão de 53.670 (cinquenta e três mil, seiscentas e setenta) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas, mediante a capitalização, neste ato, de créditos detidos pela única acionista, Ativos Agroindustrial Participações S.A., contra a Companhia, conforme Instrumentos Particulares de Assunção de Dívidas, celebrados naquela data, juntos à determinadas controladas indiretas da Novonor S.A. O capital social da Companhia passou de R\$1.964.233, para R\$1.964.315, dividido em 1.289.406.501 (um bilhão, duzentos e oitenta e nove milhões, quatrocentos e seis mil, quinhentas e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. (c) Troca de controle: Em 20 de junho de 2023, como parte dos atos deliberados em Assembleia Geral Extraordinária da controladora indireta da Companhia, Ativos Bioenergia S.A., tornou-se efetiva a equalização das dívidas da Tranche B do Grupo Ativos perante o Grupo Novonor, condição precedente à troca de controle do Grupo, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial. Em ato seguinte, foi observada a emissão de um bônus de subscrição da Ativos Bioenergia S.A. em favor da Soneva Energias Renováveis S.A. (controladora direta do FIP Agroenergia, controlador final do Grupo Ativos conforme indicado na nota explicativa 1., mediante consentimento dos atuais acionistas da Ativos Bioenergia S.A., que, expressamente renunciaram ao seu exercício de direito de preferência com relação à emissão do Bônus de Subscrição, bem como à subscrição de novas ações emitidas pela Ativos Bioenergia S.A. em decorrência do exercício do bônus de subscrição pela Soneva Energias Renováveis S.A., que nesta data passa a ser a controladora direta da Ativos Bioenergia S.A., permanecendo o FIP Agroenergia como controlador final, possuindo 90% de participação sobre o seu capital social. II. Outros eventos, não relacionados ao acordo de investidores: (a) Amortização 5ª parcela Tranche A (PRJ): Em 20 de junho de 2023, conforme estabelecido nas cláusulas 3.3, 3.6 e 4.1 do PRJ, a Companhia realizou o pagamento dos empréstimos e financiamentos da Tranche A referente à quinta parcela, no montante total de R\$11.908, sendo R\$1.435 de principal e R\$10.473 de juros. Conforme previsto no PRJ, esta foi a primeira parcela com pagamento integral dos juros incorridos.

Diretoria

Dario Costa Gaeta - Diretor Presidente	Daniilo Nalle Bertoli - Diretor	José Carlos Teixeira Junior - Diretor	Luiz Augusto Artimonte Vaz - Diretor	Magali Penelope Givort Cruz - CRC 223526/O-4
--	---------------------------------	---------------------------------------	--------------------------------------	--

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Usina Eldorado S.A. (Em recuperação judicial). Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Usina Eldorado S.A. - Em recuperação judicial ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Eldorado S.A. - Em recuperação judicial em 31 de março de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional: Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia, sua controladora direta, Agroindustrial Participações S.A., sua controladora indireta e holding do grupo, Ativos Agroindustrial S.A., e outras empresas do grupo (conjuntamente "Grupo Ativos"), ajuizaram pedidos de Plano de Recuperação Judicial ("PRJ"), em 29 de maio de 2019, na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, que foram aprovados, em 20 de maio de 2020, pelos credores na Assembleia Geral de Credores, e cuja decisão homologatória desses PRJs foi publicada em 20 de

agosto de 2020. Em 25 de novembro de 2022, foi assinado Acordo de Investimento, Assunção de Obrigações e Outras Avenças celebrado, entre Agroenergia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("FIP Gestor" ou "FIP Agroenergia"), MC Green Energy Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("FIP MC Investidor" ou "FIP MC Green"), Mubadala Consultoria Financeira e Gestora de Recursos Ltda. ("Mubadala"), Soneva Energias Renováveis S.A. ("Nova Controladora") e os Credores Signatários, detentores dos créditos concursais e extraconcursais da Tranche B, onde foi deliberado sobre a autorização da troca de controle, o qual foi aprovado na reunião de credores de 28 de dezembro de 2022. Em 26 de janeiro de 2023, o FIP Agroenergia adquiriu, em sua integralidade, as ações detidas pela LSF10 Brazil U.S. Holdings LLC., antiga controladora final, passando a ter o controle direto da holding do Grupo, Ativos Agroindustrial S.A., sendo responsável por gerir os direitos econômicos dos credores referentes aos créditos da Tranche B. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da base de continuidade operacional da Companhia, incluindo o êxito no cumprimento dos termos aprovados nos PRJs. Conforme apresentado na nota explicativa 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das

demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas

contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de agosto de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-0/34519/O
Cezar Augusto Ansoain de Freitas
Contador - CRC SP-246234/O

